


## Imaginários de trabalho: Vargas e o discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1943)/

### *Imaginario de trabajo: Vargas y el discurso político destinado a los trabajadores brasileños (1943)*

*Santiago Bretanha* \*

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Pelotas. Atualmente, realiza doutorado nesta instituição, sendo beneficiário de Bolsa CAPES/DS. Membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD/UFPe).

 <https://orcid.org/0000-0002-0648-7169>

*Aracy Graça Ernst* \*\*

Doutora em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas e coordenadora do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD/UFPe).

 <https://orcid.org/0000-0002-8685-9021>

**Recebido** em: 24 out. 2020. **Aprovado** em: 12 jan. 2021.

#### Como citar este artigo:

BRETANHA, Santiago; ERNST, Aracy Graça. Imaginários de trabalho: Vargas e o discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1943). *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 10, n. 1, p. 97-120, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10278525>

#### RESUMO

A partir dos princípios da teoria materialista dos processos discursivos, fundada por Pêcheux e seu círculo de colaboradores, o presente trabalho constrói-se sobre o objetivo geral de analisar as representações imaginárias sobre o trabalho no discurso governamental e, em decorrência dessas, suas inter-relações com outras, as de trabalhador. Em recorte, pautados, principalmente, no conceito de imaginário (PÊCHEUX, [1969] 2014, [1975] 2014a, [1983] 2015) e seus desdobramentos em Análise de Discurso, dedicamos nosso gesto de leitura ao pronunciamento de 1º de maio de 1943 de Getúlio Vargas endereçado aos trabalhadores brasileiros. Às análises, apreendemos como regularidade o funcionamento de três imaginários de trabalho na ordem do discurso do governante: o de trabalho como força-motriz para consolidar o Estado; o de trabalho como meio de dignificação do trabalhador frente ao Estado e ao governante; e o de trabalho como

\*

 [santiagobretanha@gmail.com](mailto:santiagobretanha@gmail.com)

\*\*

 [aracyep@terra.com.br](mailto:aracyep@terra.com.br)

base para a edificação do bem-estar da sociedade. Imagens que recalcam a luta de classes e negam ideologias dissidentes em prol da “coesão nacional” e do “bem comum”. Em seu funcionamento, algumas marcas enunciativas e sintáticas são regulares, como a dêixis articulada à designação e a reincidência de orações relativas. Ao serem tomadas como pistas discursivas, assumem a ordem de semblante de reversibilidade em um discurso que, pela evidência, mostra-se aberto ao outro, mas, em última instância, faz uso deste fetiche para injungir a esse mesmo outro os imaginários que (re)produz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; Imaginário; Discurso Político; Trabalho; Trabalhador.

### RESUMO

*Basado en los principios de la teoría materialista de los procesos discursivos, fundada por Pêcheux y su círculo de colaboradores, este artículo se construye sobre el objetivo general de analizar las representaciones imaginarias de trabajo en el discurso gubernamental y, como consecuencia de estas, sus interrelaciones con otras, las de trabajador. En un recorte, fundamentados, principalmente, en el concepto de imaginario (PÊCHEUX, [1969] 2014, [1975] 2014a, [1983] 2015) y sus despliegues en el Análisis de Discurso, dedicamos nuestro gesto de lectura al pronunciamiento de Getúlio Vargas del 1º de mayo de 1943 destinado a los trabajadores brasileños. En los análisis, aprehendemos como regularidad el funcionamiento de tres imaginarios de trabajo en el orden del discurso del gobernante: el del trabajo como fuerza motriz para consolidar el Estado; el del trabajo como medio de dignificar al trabajador ante el Estado y el gobernante; y el del trabajo como base para edificar el bienestar de la sociedad. Imágenes que reprimen la lucha de clases y niegan las ideologías disidentes a favor de la "cohesión nacional" y el "bien común". En su funcionamiento, algunas marcas enunciativas y sintáticas son regulares, como la deixis articulada a la designación y la recurrencia de oraciones relativas. Cuando se toman como pistas discursivas, asumen el orden de semblante de reversibilidad en un discurso que, por la evidencia, se muestra abierto al otro, aunque, en última instancia, se utiliza de este fetiche para imponer a ese mismo otro los imaginarios que (re)produce.*

**PALABRAS CLAVE:** Discurso; Imaginario; Discurso político; Trabajo; Trabajador.

## 1 Introdução

O trabalho assume, no materialismo histórico, o cerne das reflexões sobre o processo de constituição do sistema capitalista, que se institui sobre sua sujeição (a do trabalho e, por conseguinte, do proletariado) aos meios de produção, detidos pelas classes dominantes. Assim, dirá Marx ([1844] 2009) que a história é engendrada mediante o trabalho humano, uma vez que faculta ao homem “seu nascimento por meio de si mesmo” (MARX, ([1984] 2009, p. 114), a sua exteriorização. Essa categoria guarda uma dupla articulação: a de prática social que engendra o homem na história e a de uma prática em que sempre há resistência e, por isso, é constante a necessidade de ser injungida à alienação.

Weber ([1904-5] 2016), em *A ética protestante do trabalho e o espírito do capitalismo*, centra sua atenção em uma nova visão de trabalho que colaborou para a consolidação do capitalismo empresarial, alçado a efeito de massa e que se constitui como imaginário hegemônico. Visão proveniente de um fenômeno cultural que posteriormente ressoou na estrutura econômica. Trata-se de “um novo *éthos* que representa a quebra da visão tradicional do trabalho e da atividade econômica” (RIESEBRODT, 2012, p. 159-160), em que “dedicação ao trabalho [“livre” e “assalariado”] tornou-se

central” (RIESEBRODT, 2012, p. 159-160). A tese weberiana remonta as bases dessa revolução no protestantismo ascético, racionalidade religiosa que associa a profissão e o trabalho à esperança da salvação mediante a comprovação terrena destas práticas enquanto sublimes. Mais tarde, sob a roupagem de utilitarismo, a ética protestante é assumida enquanto um esperado comportamento institucionalizado das formações sociais capitalistas (WEBER, [1904-5] 2016).

Imaginário absorvido e reproduzido pelas maquinarias institucionais do Estado, a ética protestante interpela os indivíduos à obrigação moral de produzir em prol da salvação. Distancia-se, assim, de atitudes, comportamentos e representações tradicionais, como a de trabalho enquanto expressão do amor fraterno. Isso em razão de um trabalho ascético, no sentido de que a salvação é uma ação racional de refrear os prazeres mundanos para adquirir espiritualidade.

Pensa Safatle (2008, p. 19), “Weber, ao insistir que a racionalidade econômica dependia fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta, lembrava que nunca haveria capitalismo sem a internalização psíquica de uma ética protestante do trabalho e da convicção”. Ética que Weber encontrou no *éthos* protestante de acúmulo de capital e de alheamento a todo gozo espontâneo da vida, *éthos* destituído de todo e qualquer lógica hedonista. Relacionando as teses de Weber às de Freud, tal como Lyotard (1990) o fez, Safatle pontua indícios em Weber de “traços superegóicos” da Lei da ética protestante do trabalho, tais como “a transformação do Pai Celestial que suportava a Lei no Novo Testamento em um Pai Severo superegóico: ‘Ser transcendental, além do alcance do entendimento humano’”, “um trabalho feito como vocação que é resposta à voz do Outro (no caso, o chamado de Deus)”, “a culpabilização de todo prazer sensível” e “a entificação obsessiva de um ‘autocontrole sereno’ como ideal de conduta (SAFATLE, 2008, p. 19). Diante disso, defende Safatle, “se a lei que sustenta a disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta econômica é uma figura do supereu, então a economia libidinal do capitalismo como sociedade de produção seria impensável sem o desenvolvimento de uma civilização neurótica” (SAFATLE, 2008, p. 19), uma civilização que só poderia pensar seus processos de socialização por meio da operacionalização repressiva do sentimento de culpa e do gozo.

O conceito de ideologia faz-se fundamental para a compreensão das proposições de Safatle. Ou, melhor, as suas considerações servem-nos como ponto de entrada no campo da ideologia, tal como Althusser a configura, e tal como Pêcheux e a teoria materialista dos processos discursivos a

compreendem. Em sua teoria Geral da Ideologia, Althusser (1970) defende a tese de que é ela, em uma dimensão a-histórica, quem garante a coesão social, ao passo que as ideologias particulares têm sua função sobredeterminada pela (nova) função de garantir a dominação de certa classe social, fornecendo as evidências através das quais instaura-se a tautologia *trabalhador é aquele que trabalha*. Assim, a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1970). Fundamentado na leitura althusseriana, Pêcheux ([1975] 2014a) propõe o imaginário enquanto instância mediadora entre os indivíduos e sua vida social, sempre-já sujeitos porque capturados pela Ideologia. Conceito central para a compreensão do discurso, principalmente quando se faz observatório do político.

Feitas tais colocações, vemo-nos diante do seguinte questionamento: de que modo os imaginários (re)produzidos pela ideologia dominante determinam o discurso governamental? Em outras palavras, de que maneira os imaginários de trabalho sustentados pela ideologia capitalista constituem o discurso do governante?

Frente a este problema, e tomando a Análise de Discurso proposta por Pêcheux e seu círculo de colaboradores (doravante AD) como *locus* enunciativo e como campo de trabalho teórico-analítico, o presente trabalho constrói-se sobre o objetivo geral de analisar as imagens de trabalho no discurso governamental e, em decorrência dessa, suas inter-relações com outras representações imaginárias, as de trabalhador. Em delimitação, pautados, principalmente, no conceito de imaginário (PÊCHEUX, [1969] 2014, [1975] 2014a, [1983] 2015) e em seus desdobramentos em AD, assumimos como escopo aquelas representações consolidadas na emergência do capitalismo competitivo no Brasil (FERNANDES, [1974] 2006), período histórico no qual, compreendemos, o discurso governamental é representativo da ideologia dominante e, *grosso modo*, constitui-se como o primeiro momento em que o capitalismo se torna estruturalmente hegemônico no País, o que coincide com efetivação do Estado-nação. Este recorte leva-nos ao *corpus*: o pronunciamento de 1º de maio de 1943 de Getúlio Vargas, referente ao Dia do Trabalhador e endereçado aos trabalhadores brasileiros. Proferido no Estádio São Januário diante de grande massa popular e difundido via rádio, o documento, hoje, está sob curadoria do arquivo institucional da Biblioteca da Presidência da República.

Em razão desse objetivo, nossa tessitura constrói-se em três seções, somadas a estes apontamentos preliminares e a uma última seção de considerações finais. Distinguem-se: 2 *Discurso*,

*imaginário e trabalho: notas introdutórias*, em que refletimos sobre o estatuto da categoria materialista *trabalho* para a AD, articulando-a à noção de imaginário; 3 *Construção do dispositivo: o corpus e o arquivo*, na qual reconstruímos nosso percurso metodológico; e, por fim, 4 *Imaginários de trabalho no/pelo discurso político endereçado aos trabalhadores*, quando expomos nosso gesto analítico em relação à materialidade em análise.

## 2 Discurso, imaginário e trabalho: notas introdutórias

Diante de nosso objetivo geral, adentramos no edifício da teoria pelo conceito de *imaginário*, uma das principais elaborações pechêuxianas. Nos primeiros trabalhos do autor ([1969] 2014), o imaginário é tratado através da noção de Formações Imaginárias que funcionariam como um mecanismo de antecipação das posições enunciativas abrigadas em uma certa cena de interlocução. Pêcheux ([1975] 2014a) destaca que, ao produzirmos um discurso, sempre o fazemos de posição determinada na estrutura da formação social. Contudo, essas posições, no processo discursivo, não funcionam como “um feixe de traços objetivos” (PÊCHEUX, [1975] 2014a, p. 82): elas se encontram representadas e transformadas através das Formações Imaginárias. Dessa forma, o que funciona no discurso é a projeção especular que cada sujeito atribui ao outro e a si, as imagens que esses sujeitos fazem da sua própria posição e da posição do outro na história.

Colocando em suspeita as “evidências imaginárias” como algo homogêneo, que resultariam em um sujeito incapaz de (re)produzir imagens diferentes daquelas previstas pela ideologia que o interpela, Pêcheux propõe uma deriva das *Formações Imaginárias* para as *Representações Imaginárias*. Nesse sentido, se as representações imaginárias têm existência material através da língua, e se esta é uma estrutura-funcionamento sujeita ao equívoco, então é provável que a instabilidade do simbólico afete a, até então, suposta estabilidade do imaginário. Já que “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, [1975] 2014a, p. 277), é possível que, por meio das falhas no processo de interpelação, se manifestem imagens não autorizadas pela ideologia dominante.

A partir da publicação de *A propósito da Análise Automática de discurso* (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2014), influenciado pela leitura de *Aparelhos Ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 1970), o imaginário passa a ser visto por Pêcheux como intrinsecamente determinado pela ideologia e, a partir

de *Discurso: estrutura ou acontecimento* ([1983] 2015), à constituição psíquica do sujeito. Nesse sentido, o filósofo sustenta a tese de que a ideologia opera como representação imaginária que “media” a relação dos sujeitos com suas condições materiais de existência, produzindo efeitos de evidência (do sujeito, do sentido...).

Reorientado em AD, o *imaginário* deriva de uma construção althusseriana alicerçada em sua leitura relacional do materialismo histórico e da psicanálise. Na obra do filósofo, o conceito é estritamente conexo aos de *prática* e de *causalidade estrutural*.

Desenvolvida pelos estudos freudianos<sup>1</sup>, a noção de causalidade estrutural é tomada por Althusser para referir-se à relação entre os distintos elementos da estrutura social. Nesse sentido, busca descrever o funcionamento específico de uma estrutura que determina seus efeitos materiais por meio de um efeito de ausência desta determinação para que, aos sujeitos, “o efeito seja tomado pela causa” (ALTHUSSER, [1968] 1980, p. 141). A noção de estrutura, portanto, é de caráter formal uma vez que só é apreensível a partir de seus efeitos materiais inscritos em práticas socialmente situadas. A Ideologia em geral, por exemplo, é uma estrutura-funcionamento compreendida somente a partir das ideologias particulares em que se realiza<sup>2</sup>.

A *causalidade estrutural*, assim concebida, está longe de qualquer concepção economicista/monista. A ela não se aplica a noção de “identidade” porque presumiria uma estrutura-funcionamento idêntica a si mesma e, por isso, inerte. É essa constatação que leva Althusser (1970) a conceber a História como um imenso sistema natural-humano *sem início nem fim* cujo motor é a luta de classes. Ao referir-se à história de uma determinada Formação Social, esse conceito jamais pode

---

<sup>1</sup> Embora o conceito seja recuperado de Freud, ele é desenvolvido na teoria da causalidade de Spinoza. Em nota, Althusser ([1964] 1996, p. 45) diz: “si oímos este término de ‘efecto’ enel contexto de una teoría clásica de la causalidad, nos haría concebir la presencia actual de la causa ensuefecto (cf. Spinoza)”/ “se ouvimos este termo de ‘efeito’ no contexto de uma teoria clássica da causalidade, far-nos-á conceber a presença atual da causa em seu efeito (cf. Spinoza)” (tradução nossa).

<sup>2</sup> Em sua interpretação de Marx, Althusser (1970) propõe que a ideologia é o “cimento” entre a infraestrutura e a superestrutura sociais e sua manifestação é a-histórica porque sempre presente; a essa dimensão da ideologia Althusser designa Ideologia (com inicial maiúscula), ao passo que conjectura sobre as sedimentações particulares da Ideologia geral em ideologias particulares (com inicial minúscula) que, na particularidade que lhes é própria, exprimem posições de classe. Ao propor a categoria da Ideologia como integrante da estrutura social, Althusser (1970) ressignifica Marx e Engels ([1845-6] 2007) e dá movimento à metáfora do edifício social apresentada em *A ideologia alemã*. Ao fazê-lo, o filósofo assume que há contradição (necessária) entre infraestrutura e superestrutura, e que a primeira está em posição de dominância em relação à segunda, porém a superestrutura gera uma ação-retorno sobre a base (a sobredetermina). Neste sentido, as instâncias jurídico-política e ideológica estão a propósito, contingencialmente, da reprodução/transformação das relações de produção.

ser visto como estanque. Comporta o movimento contínuo de reprodução/transformação de estruturas materialmente inscritas em práticas sociais.

Diante disso, o conceito de *prática social* ocupa o cerne do projeto teórico althusseriano. Dedicando-se à sua formulação, o filósofo ([1963] 1979a, p. 144) o proporá como vocábulo que designa prática em geral, isto é, “todo processo de transformação de uma determinada matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um determinado trabalho humano, utilizando meios (‘de produção’) determinados”. A definição abriga o primado da prática em relação aos elementos que articula (a matéria-prima, o produto, ou o trabalhador, por exemplo), o que leva o materialismo histórico a centrar sua atenção não no fato consumado, mas no próprio trabalho de transformação que abriga (contingencialmente) a transformação.

Assumindo a contradição como princípio, Althusser configura a prática em geral como um *todo complexo com dominante* de práticas particulares levadas a efeito em uma determinada Formação Social. Entre elas há relações dissimétricas que alocam uma, principal, como determinante, e outras, secundárias, como sobredeterminantes, que provocam um efeito-retorno sobre a principal e sobre si mesmas. A prática principal de uma formação social capitalista é a econômica, o trabalho, e que se caracteriza pela transformação da natureza em produtos pela ação dos homens “trabalhando pelo emprego metodicamente regulado de meios de produção determinados no quadro de relações de produção determinadas” (ALTHUSSER, [1963] 1979a, p. 144). Em posição secundária, Althusser ([1963], 1979a, p. 144) identifica outras três práticas fundamentais: a prática teórica, “(a transformação das práticas ideológicas empíricas existentes em conhecimento”); a prática jurídico-política, “a transformação das relações sociais em novas relações sociais através da constituição de estratégias de ruptura”; e a prática ideológica (ou discursiva), “a transformação da racionalidade dos homens e das formas como, imaginariamente, se relacionam com suas condições reais de existência”.

Em outras palavras, a prática social é uma unidade de contrários colocada em movimento pela contradição entre práticas estruturais e práticas superestruturais. As relações de dominação/desigualdade entre elas não são um *a priori*, mas apreendidas na, e a partir da análise das condições materiais em que se conformam. Ainda, considerando as relações de sobredeterminação que estabelecem entre si, estão para além de qualquer lógica determinista/monista; não há prática “puramente” econômica ou “puramente” ideológica. Há práticas simbólicas, histórica e socialmente

articuladas, capazes de retornarem umas sobre as outras. A propriedade mais profícua da língua, neste sentido, é a de metalinguagem. Se, como nos diz Benveniste ([1966] 1995), ela “cria um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância” (BENVENISTE, [1966] 1995, p. 66), pode também referir-se à possibilidade de, na/pela língua, (re)produzirem-se propósitos significantes sobre outros sistemas de *práxis* social – sejam inconscientes e/ou ideologicamente determinados.

Essa perspectiva reafirma o princípio de que, para o materialismo histórico, o trabalho humano especifica-se por ser teleologicamente orientado. Se considerarmos esta “orientação teleológica” como uma construção imaginária que se atualiza na/pela língua, em discurso, podemos conjecturar que o trabalho é, antes de mais nada, construído ideologicamente. Assim sendo, em razão da sua teleologia, a prática laboral é, infraestruturalmente, vinculada à instância econômica e, superestruturalmente, cooptada pelos Aparelhos de Estado. Em Análise de Discurso, portanto, o trabalho não se reduz à “prática laboral”: conforma-se como categoria ontológica em que, ao trabalhar, e atribuir sentido à sua prática, o sujeito se exterioriza na história e produz(-se) sentido.

Flores (2011, p. 91), referindo-se à metalinguagem em Benveniste, propõe que ao contornar semanticamente a materialidade da língua o sujeito (re)produz um saber sobre a economia de seu uso, cuja função é quase etnográfica (em sentido antropológico). Tensionando essa acepção, permitimo-nos dizer que, ao contornar semanticamente a materialidade do trabalho, o sujeito (re)produz um saber sobre a economia dessa *práxis*, cuja função é “quase” crítica. Essa “crítica”, remontada no *discurso sobre o trabalho*, é parte de sua inscrição na ordem simbólica que é a História. Essa inscrição, por sua vez, materializa-se no gesto interpretativo que faz do trabalho e que o toma como signifiante.

Nesse ponto, as reflexões de Althusser sobre a noção de prática social se tornam fundamentais para o desenvolvimento da AD, principalmente no que diz respeito à definição de ideologia e à sua materialização em discurso. Tomando por arrimo a máxima althusseriana de que *a Ideologia representa a relação imaginária entre os indivíduos com suas condições reais de existência* (ALTHUSSER, 1970, p. 86), Pêcheux ([1975] 2014) propõe que, dado que ideologia é prática, seu determinante não é o homem, ou as imagens especulares através das quais se relaciona com o real, mas a prática ideológica, em si, no momento de seu funcionamento. Assumindo o discurso como



materialidade da ideologia, e enquanto efeito de sentido entre locutores inscritos em uma dada Formação Social, Pêcheux vê em seu objeto o potencial de remontar o funcionamento próprio das práticas ideológicas e, por conseguinte, da estrutura da ideologia aí implicada. Na prática teórica, tem-se possibilidade de compreender os modos como a determinação econômica se (re)produz/transforma nas práticas ordinárias, como sobredeterminam a relação, imaginária, dos homens com suas condições reais de existência e como esta compreensão tornaria possível a transformação das relações sociais. A prática teórica da AD, portanto, estaria pautada, fundamentalmente, pela transformação das práticas ideológicas existentes em conhecimento. Isso sob o intento de mobilizar estes conhecimentos à constituição de estratégias de ruptura das relações sociais hegemônicas. Uma prática teórica construída na/pela prática política.

Em outras palavras, os discursos políticos *sobre o trabalho* configuram-se como práticas ideológicas construídas sob a ordem de reproduzir/transformar certas relações sociais (de produção). Em suas análises, a teoria materialista dos processos discursivos busca transformar essas práticas ideológicas em conhecimento acerca do funcionamento da Ideologia, em geral, materializada em práticas discursivas particulares, e da própria Formação Social em que se institui.

### 3 Construção do dispositivo: o *corpus* e o arquivo

Diante dos princípios teóricos anteriormente mobilizados, nesta seção trataremos, brevemente, da configuração do *corpus* em análise.

Ao remontarmos suas condições de produção, retornamos à noção de “capitalismo competitivo” mobilizada na introdução. O conceito assume a ordem de categorização analítica nos escritos de Florestan Fernandes, especificamente naqueles em que o autor se ocupa da interpretação sociológica da revolução burguesa no Brasil. Conforme o autor ([1974] 2006), o capitalismo no Brasil se desenvolve(u) em três etapas: a do mercado capitalista moderno, a do capitalismo competitivo e a do capitalismo monopolista. O mercado capitalista moderno, entendido como uma fase de transição neocolonial, teria início com a abertura dos portos em 1808 e seu desfecho em meados do século XIX com a crise do sistema escravagista. Tal crise abriria espaço para o capitalismo competitivo, caracterizado pela disseminação e pela consolidação do mercado enquanto fator de diferenciação no

sistema econômico; etapa marcada pela crescente industrialização e pela lógica desenvolvimentista, seu auge se dá entre as décadas de 30/40 com a ruptura com a política do Café com Leite. A concretização do capitalismo competitivo abriu espaço para o capitalismo monopolista, que se instituiu em prol da reconfiguração do mercado em razão da “grande corporação”, da transnacionalização econômica (fruto da globalização) e do neoliberalismo; embora essas tendências sejam anteriores à década de 1950, o capitalismo monopolista assumiu caráter estrutural apenas após à ditadura civil-militar de 1964.

Neste trabalho, como dito anteriormente, centramos nossa visão na segunda etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, paralela à consolidação da burguesia enquanto classe dominante. É característico desse momento o acirramento da luta de classes, com a recente primeira greve geral, de 1917, a necessidade de institucionalizar os movimentos operários e de calcar o trabalho, e os trabalhadores, sob a égide de códigos trabalhistas mais rígidos que assegurassem de um lado a propriedade privada e o livre comércio e, de outro, as “políticas sociais produtivas” e os fundamentos do Estado de Compromisso (ROWLAND, 1974).

Em razão da materialidade significativa, estabelecemos o político como *campo discursivo de referência*, ao passo que delimitamos o discurso do governante como *espaço discursivo* da pesquisa. Maingueneau (1989) define *campo discursivo* e *espaço discursivo* em relação à exterioridade do universo discursivo. Segundo o autor, o universo discursivo compreende as distintas Formações Discursivas (FD) que se confrontam em uma determinada conjuntura social, enquanto o campo discursivo é entendido como um conjunto, no âmbito do universo discursivo, de FD que se delimitam em relações de confronto, aliança, aparente estabilidade, etc., e o espaço discursivo “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando, pelo menos, duas FD que se supõe manterem relações privilegiadas para a compreensão dos discursos considerados” (CAZARIN, 2004, p. 36).

Assim, no âmbito do campo discursivo de referência, o político, estabelecemos o discurso do governante como espaço discursivo que põe em movimento o jogo de oposição entre, basilamente, duas FD: a dos governantes do Brasil, em posição de dominância no campo discursivo de referência, e a dos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido, depreendemos que Vargas (enquanto sujeito-suporte) subjetiva-se ao ser interpelado pela Posição-Sujeito (PS) ditador que, na conjuntura social e

política do Estado Novo, assumia a dominância da FD dos governantes do Brasil (dominância em relação a PS como monarca e presidente, por exemplo)<sup>3</sup>.

Como arquivo, tomamos o acervo institucional da Biblioteca da Presidência da República, no qual estão registrados os pronunciamentos públicos do, então, governante do Brasil, Getúlio Vargas. A partir do recorte temporal posto pelo próprio período histórico, debruçamo-nos, especificamente, sobre os documentos/monumentos de 1937/1945. Recorte temporal ao qual é atribuída a designação Estado Novo.

Com base neste princípio, foi-nos possível chegar à delimitação do arquivo. Conforme Pêcheux, o arquivo compreende um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” ([1982] 1994, p. 57). Sob esse ponto de vista, o arquivo opera na dispersão dos documentos pertinentes às temáticas de interesse do analista e, por isso, tal como as FD, realiza-se como uma regionalização de saberes. Por isso, o arquivo é constituído por aquilo que pode e deve ser arquivado em relação a certa questão. Sua natureza é, por tanto, heterogênea, já que determinada pela exterioridade do complexo da dispersão dos documentos e pela sua incapacidade de fechamento.

Essa realidade coloca em articulação o “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, [1982] 1994 p. 57). Sob essa perspectiva, o arquivo, seja experimental ou institucional, constitui-se como materialização de uma leitura, sempre passível de ser lido de um outro modo. Nessa ordem, duas acepções de arquivo são distinguíveis: a) o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão e b) o produto do gesto interpretativo e de sistematização do analista postos sobre esses documentos. Para fins de operacionalização metodológica, dar-lhes-emos as designações de, respectivamente, *arquivo institucional* e de *arquivo analítico*, sendo o segundo um recorte determinado materialmente pelo primeiro.

Orientados por essa posição, adentramos no arquivo institucional, o qual organiza e divulga um total de cento e dezenove pronunciamentos em sua forma transcrita, único registro material de boa parte das declarações. A partir do arquivo institucional, configuramos o arquivo analítico em cinco pronunciamentos de Getúlio Vargas referentes ao Dia do Trabalhador e endereçado aos trabalhadores

---

<sup>3</sup> Dados os limites materiais do presente trabalho, não apresentaremos em detalhes a configuração das FD em análise. Em trabalho posterior pretendemos apresentar esses desenvolvimentos que, aqui, tomamos como pressuposto.

brasileiros; em sua maioria proferidos no Estádio São Januário diante de grande massa popular e difundidos via rádio. São eles os de 1º de maio de 1938, de 1940, de 1941, de 1943 e de 1944.

Isso posto, a pesquisa se insere tematicamente no campo das investigações que abordam o *trabalho* sob a perspectiva da análise materialista dos processos discursivos, dentre eles: os de Torres Lima (1990, 1999), voltados à análise dos imaginários de povo nos discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas; de Silva (2012), dedicado ao estudo do *tempo discursivo* e suas implicações no imaginário de trabalho no discurso da Central Única dos Trabalhadores; de Nogueira (2015), cujo gesto interpretativo volta-se às posições discursivas da Petrobras a respeito das relações de trabalho engendradas em seu âmbito institucional; de Garbin (2017), em que se busca estabelecer relações entre discurso e trabalho, tomando como *corpus* entrevistas realizadas com metalúrgicos da região metropolitana de Porto Alegre que sofreram acidente de trabalho; e, principalmente, às reflexões de Ernst (2009, 2019), cujo escopo é o das (inter)relações entre ideologia e inconsciente à constituição do discurso político.

#### 4 Imaginários de trabalho no/pelo discurso político endereçado aos trabalhadores

Ernst (2009), em seus trabalhos, configura as noções de *falta*, de *excesso* e de *estranhamento*, categorias aplicáveis à interpretação/constituição do *corpus* discursivo. Especificamente sobre a categoria do *excesso*, e, antiteticamente, a seu par, a *falta*, a autora (ERNST, 2009) defende que esse pode estabelecer “o ponto a partir do qual o processo de interpretação pode ser realizado pelo analista” (ERNST, 2009, p. 3). Tomando por base os estudos de Authier-Revuz no campo das heterogeneidades enunciativas, a analista de discurso (ERNST, 2009) caracteriza o *excesso* como estratégia discursiva que se constitui por aquilo que está demasiadamente presente no discurso. Assim, o *excesso* toma forma material tanto ao nível do intradiscurso, em que o emprego do sistema gramatical pode ser considerado um “acréscimo contingente”, quanto do interdiscurso/memória discursiva, por meio da reiteração incessante de saberes alheios ou internos à formação discursiva dominante que, por sua vez, tomam formas distintas na formulação.

Assumindo os princípios teórico-analíticos propostos por Ernst, ao dessuperficializar o *corpus* empírico, atentamos a duas formas principais de *excesso* presentes no discurso do governante: em nível do intradiscurso, a recorrência de construções de clivagem (deslocamento sintático à esquerda)

e de orações relativas do tipo “É X que P” (em que X é o sujeito e P a oração subordinada adjetiva)<sup>4</sup>, e em nível da memória do dizer, a atribuição de saberes ao interlocutor, os trabalhadores. Dado o curto espaço, traçaremos análises sobre o discurso de 1º de maio de 1943 (VARGAS, [1943] 2019b), entendendo-o como representativo do arquivo. Em recorte, estabelecemos as seguintes Sequências Discursivas de Referência (COURTINE, [1981] 2009):

**SDR1** É isso que nos proporcionará o ensino industrial, capacitando os brasileiros a atingirem o ideal da unidade na diversidade, isto é: o trabalho para todos e as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões.

**SDR2** Produzir mais, produzir melhor – nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades.

**SDR3** **SDR3** – A conspirata integralista fracassou, mas só hoje é possível imaginar a que triste condição estaríamos reduzidos se tivesse logrado êxito.

**SDR 4** - E, principalmente, vigilante para impedir que os espíões, sabotadores e quinta colonistas de várias espécies abalem a nossa mútua confiança e perturbem o nosso trabalho com as suas manobras e expedientes criminosos. [...]. Ficai alertas e auxiliai a ação das autoridades policiais, que no seu zelo pela segurança pública encontram, na presente emergência, cooperação espontânea de todos os bons brasileiros empenhados na difícil tarefa de descobrir e reprimir as atividades dos inimigos da Pátria.

Antes de adentrarmos, especificamente, à análise das SDR, cabe comentar, brevemente, as condições de produção da materialidade em análise, a saber, o pronunciamento público de Getúlio Vargas, proferido em 1º de maio de 1943, durante o Estado Novo (1937-1945), quando ocupava o cargo de presidente-ditador. Tal pronunciamento, realizado no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, alusivo ao Dia do Trabalhador e endereçado aos trabalhadores brasileiros, é um marco histórico das relações de trabalho no Brasil, uma vez que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto de Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943), pedra angular para a reunião das normas trabalhistas, até então difusas e esparsas, em um único código. Além disso, é através deste pronunciamento que Vargas afirma apoio aos Aliados e declara que o Brasil está em guerra.

---

<sup>4</sup> Esta construção sintática é largamente analisada por Courtine ([1981] 2009) em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, obra que fundamenta metodologicamente a presente pesquisa.

Vulgarmente, a CLT é vista como um grande avanço social pela garantia de direitos à classe operária, assim como, por estas e outras razões, como a criação do salário mínimo nacional, Vargas ocupa o papel de “pai das legislações sociais” e “conciliador” entre as patronais da indústria/agropecuária e os trabalhadores. Vargas dá início ao Estado de Compromisso (ROWLAND, 1974), marcado pela ruptura interna da burguesia oligárquica de São Paulo e de Minas Gerais com os setores periféricos da oligarquia fundiária e da nascente burguesia industrial. Essa ruptura é conciliada pela figura de Vargas com a criação do Conselho Nacional do Café e com o investimento estatal na expansão da indústria de base, por exemplo. Ainda, Vargas age como mediador entre os anseios das patronais da indústria e os setores trabalhistas, tanto ao apaziguar os ânimos dos trabalhadores com a “concessão” de direitos, quanto ao atuar na formação de mão-de-obra especializada para o sistema fabril e, conseqüentemente, ao institucionalizar medidas para a expansão da classe média. Coloca-se em suspeita, dessa maneira, a ideia de que a esfera pública era gerida por um determinado estrato social, e a cena política passa a girar ao redor do ditador; o que o desobriga de assumir/sustentar posturas ideológicas e partidárias, embora tomadas.

Feitas essas considerações sobre as condições de produção do discurso em análise, vejamos como elas se imprimem materialmente em discurso. É-nos possível, portanto, adentrar às análises das SDR. Puxemos o fio da análise a partir da SDR1.

**SDR1** – É isso que nos proporcionará o ensino industrial, capacitando os brasileiros a atingirem o ideal da unidade na diversidade, isto é: o trabalho para todos e as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões.

Na SDR1, temos a configuração de uma oração relativa, cuja estrutura é “É X que P”. Nesse caso, a posição X é ocupada pelo dêitico *isso* que, anaforicamente, retoma a oração anterior: “Congregá-los [os filhos dos trabalhadores, em escolas de fábrica] para que tenham amanhã um ofício e possam constituir outras famílias atende a um anseio afetivo e a um justo reclamo social”.

Conforme a leitura de Azeredo (2009), a relativização, em sua função restritiva, assume, na interlocução, o papel de restringir o raio de referência do antecedente. De toda sorte, não é o que ocorre na SDR1. No antecedente há a afirmação de que congregar os filhos dos trabalhadores em escolas de fábrica lhes permitirá que tenham um ofício e que possam constituir outras famílias. A

relativização reafirma o posto: “um ofício e que possam constituir outra família é o que proporcionará o ensino industrial”. Temos, aí, exemplificada a perspectiva de Ernst (2009), para quem, no âmbito do intradiscorso, o excesso funciona pelo viés de um acréscimo contingente, às beiras daquilo que falha.

Assim, em sua formulação, a SDR1 reafirma o já-dito de que o sistema de educação voltado à formação de mão-de-obra permitiria aos filhos dos trabalhadores o acesso ao trabalho e, logo, à possibilidade de constituir família, “anseio afetivo” e “justo reclamo” que o governante lhes injunge. Por outro lado, o discurso do governante apresenta o novo em um movimento conciliatório, em que as vontades creditadas ao trabalhador caminham em consonância com interesses maiores: se por um lado as escolas de fábrica respondem aos “desejos” da sociedade, por outro ela capacita os brasileiros a atingirem o “ideal da unidade na diversidade”.

A imagem superficial que se constrói, devido ao excesso, é a de que o sistema educativo que se estava moldando respondia às necessidades das classes populares, enquanto, em segundo plano, dá-se menor ênfase ao seu papel de “unificador na diversidade”. Dentre os possíveis efeitos de sentidos que decorrem dessa superposição de imagens, tem-se que a escola voltada aos filhos de trabalhadores deve prezar pela padronização das diversidades individuais em razão do ideal de unidade necessário ao Estado e ao Mercado, de quem, em última análise, o governante é porta-voz.

Soma-se a este efeito de sentido o que é colocado pelo aposto que encerra a oração, cujo funcionamento explica a noção de “unidade na diversidade”: “o trabalho para todos” [unidade] e “as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões” [diversidade]. Constitui-se, aí, um outro imaginário, filiado ao anterior: o de que o trabalho é uma competência inata ao indivíduo, uma vez que essa prática pode ser desempenhada a partir de tendências e aptidões (vocaçã) do jovem em formação. Ambas as imagens construídas pelo discurso do governante, pautadas por uma falsa reversibilidade, em que, pretensamente (pelo funcionamento enunciativo do imaginário enquanto atribuição), dá-se voz aos anseios do trabalhador, funcionam pelo viés da reafirmação de saberes que, hoje, descampam para a obviedade na formação social brasileira: a) que a educação bancária (para utilizar o termo freireano) é um anseio do proletariado; b) que o sistema educacional deve atuar com fins de “unificar” as “aptidões” e as “tendências” dos filhos dos operários em razão de seu papel enquanto força produtiva na formação social; c) que o trabalho, enquanto força produtiva, é uma competência inata (natural), e não socialmente determinada; e, por fim, d) que o ciclo que inicia pela

educação bancária, seguida pela realização de um ofício e que culmina com constituição de uma outra família é desejo legítimo e reclamado pela classe trabalhadora.

Esses imaginários ressoam na SDR2.

**SDR2** – Produzir mais, produzir melhor – nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades.

Na SDR2, são mobilizados recursos linguísticos similares aos anteriores, a saber, a relativização e a atribuição imaginária, na enunciação, de discurso ao outro, o trabalhador. Se o referente da SDR1 era os filhos dos trabalhadores, na SDR2 os trabalhadores, em si, são diretamente interpelados pela máxima “produzir mais, produzir melhor”. Novamente, a estrutura relativizada funciona com fins de reafirmar o posto, já que o pronome recupera “palavra de ordem”, que, por sua vez, é predicativo de “produzir mais, produzir melhor”; frase que guarda a estrutura de uma “palavra de ordem”, uma vez se assenta semanticamente sobre uma “obrigação social” já, então, consolidada.

A palavra de ordem é dada a um “nós” (deveremos). Sobre a pessoa “nós”, diz Benveniste ([1966] 1995, p. 256) que se trata de uma pessoa amplificada, para o qual o não-eu (seja um “tu” ou uma não-pessoa) é implícito e necessário. No caso em questão, no exercício da língua, “nós” preenche-se a partir da relação “eu”/governante + “tu”/trabalhador ou “vós”/trabalhadores. Entretanto, ao observarmos os advérbios “nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares”, há marcas de que o “eu” não integra o “nós”, já que o lugar de atuação do enunciador, o Palácio do Catete, por exemplo, não é mencionado.

Dentre os possíveis efeitos de sentidos deste excesso, destacamos o de que o uso da pessoa amplificada faz máscara para a omissão do “eu” e, dessa maneira, a palavra de ordem, “produzir mais, produzir melhor”, é uma máxima, somente, para o(s) trabalhador(es). Uma vez mais, o excesso tropeça na evidência e funciona com fins de, por meio do da relativização associada à simulação de reversibilidade, atribuir imaginários ao outro, os trabalhadores.

A imagem que é aí (re)produzida, a partir da mobilização de termos lexicais como “alertando-nos”, é a de que produzir é um imperativo, não somente para a dignidade humana do trabalhador, como também para a estabilidade/segurança do País. Esta última perspectiva sustenta-se nas



menções que seguem ao lugar da SDR2 na cadeia textual do pronunciamento, em que a palavra de ordem “produzir” desliza para “batalha da produção” e, por atribuição, o imaginário de trabalhador desliza da imagem daquele que trabalha pela sua dignidade, de seus filhos e de sua família para aquele que trabalha/luta por seu País.

Sem embargo, para que se construa a unidade imaginária de trabalhador, é instituída, antiteticamente, a imagem do que seja ‘não-trabalhador’ e daqueles que são os ‘inimigos da pátria’. É esta a imagem construída pelo recorte a seguir:

**SDR 4** - E, principalmente, vigilante para impedir que os espíões, sabotadores e quinta colonistas de várias espécies abalem a nossa mútua confiança e perturbem o nosso trabalho com as suas manobras e expedientes criminosos. [...]. Ficai alertas e auxiliai a ação das autoridades policiais, que no seu zelo pela segurança pública encontram, na presente emergência, cooperação espontânea de todos os bons brasileiros empenhados na difícil tarefa de descobrir e reprimir as atividades dos inimigos da Pátria.

Nessa sequência, o governo se diz vigilante em relação às manobras e expedientes criminosos de “espíões”, de “sabotadores” e de “quinta colonistas” de “várias espécies” contra a “mútua confiança” e o “nosso trabalho”. Nesse contexto, “espíões” e “sabotadores” são referidos no discurso do governante ora como os comunistas, ora como a extrema-direita integralista, ao passo que os “quinta colonistas” seriam os agentes da mídia que criticam Vargas e seu governo. Desse modo, a imagem de inimigo da pátria pauta-se, aparentemente, por qualquer figura que ofereça oposição à imagem do líder.

Cabe observar que, no recorte em questão, não há uma construção sintática de tipo “É X que P”, mas há atribuição de imagens ao outro através, principalmente, da pronominalização e das designações. É o caso de “[governo] vigilante”, de “autoridades policiais”, de “nosso trabalho”, de “ficai alerta e auxiliai”, de “todos os bons brasileiros” e de “inimigos da pátria”.

Dada a complexa rede que se apresenta, que acaba por funcionar como categorização de papéis dos sujeitos na organização do Estado, comecemos por tratar do “[governo] vigilante”, que, imaginariamente, institui-se como “aquele que vigia”, um poder centralizador e capaz de enfrentar as oposições de “espíões”, de “sabotadores” e de “quinta colonistas”. Entretanto, embora vigie, o governo tem sua imagem descolada do papel repressivo, que é decalcado nas autoridades policiais, aqueles que “zelam pela segurança pública”. O raro desta perspectiva é que é utilizado o imperativo para se

referir a um “vós”, que é convocado a “ficar alerta” e “auxiliar” as autoridades policiais. Soa-nos que “fícai” e “auxiliai” não se preenchem com “trabalhadores”, mas sim por um outro termo que o condensa, o “povo”, chamado a agir como uma capilarização do poder repressivo de Estado. Nesse sentido, também seria “povo” quem preencheria os sentidos de “todos os bons brasileiros”, instados a cooperar com a repressão aos “inimigos da pátria”, aqueles dissidentes da ideologia dominante, independente do lugar no qual se posicionem no espectro ideológico.

Ainda sobre os “inimigos da pátria”, observemos a SDR3.

**SDR3** – A conspirata integralista fracassou, mas só hoje é possível imaginar a que triste condição estaríamos reduzidos se tivesse logrado êxito.

A construção relativa mobiliza um já-dito, o de que “a Ação Integralista fracassou”, entretanto, a antecipação do sentimento de “tristeza” que por ela seria engendrado é colocado em jogo no discurso do governante como uma advertência a “uma falsa maneira de ser patriota” (VARGAS, [1943] 2019b): “a dos que se arvoram em intérpretes das necessidades e aspirações nacionais, quando, realmente, só pensam nos próprios interesses e vaidades” (VARGAS, [1943] 2019b). Nesse ponto, nos discursos do ditador, há duas acepções de patriotismo: a de postura daquele que “conjuga seu esforço individual à ação coletiva” (VARGAS, [1940] 2019a) em razão do benefício da Nação, e daqueles que se colocam como “intérpretes das necessidades e aspirações nacionais”, mas orientados por interesses “egoístas” (VARGAS, [1940] 2019a). Coloca-se, aí, um distanciamento entre os imaginários de “patriotismo” movimentados no/pelo discurso do ditador e a imagem de “patriotismo” atribuída aos integralistas.

Entretanto, tomando a parte a imagem de “patriotismo” injungida pelo ditador aos integralistas, podemos comparar os imaginários de ambos (os integralistas e o ditador) sobre o patriotismo. Comparemos, para tanto, os excertos que seguem:

**Excerto 1** – “Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” (VARGAS, [1938] 2019).

**Excerto 2** – “daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade” (VARGAS, [1944] 2019c).

**Excerto 3** – “Antes de transpores esta porta, consulta teu coração: És capaz de renunciar aos prazeres, ambições, interesses, à própria vida, pela grandeza da Pátria? Se ele disser “SIM” então entre e encontrarás aqui teus irmãos e tua glória” (MACIEL, 1937, s/p).

**Excerto 4** – Deus, Pátria e Família.

Nos dois primeiros excertos temos parte dos pronunciamentos de 1º de maio de 1938 e de 1944 de Getúlio Vargas, ao passo que, nos excertos número três e quatro, temos a inscrição da entrada das “salas de civismo” da Ação Integralista Brasileira e o lema do integralismo no Brasil (as últimas palavras de Afonso Pena), respectivamente. Alguns termos de ambos os recortes ocupam o mesmo eixo parafrástico, como “unidade do pensamento nacional” e “grandeza da Pátria”, “ideais cristãos de fraternidade” e “Deus, Pátria e Família”, “a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” e ainda “renunciar aos prazeres, ambições, interesses, à própria vida pela grandeza da Pátria”. Embora os sentidos de “patriotismo” constituídos não sejam os mesmos, assemelham-se. Ou, melhor, disputam o vocábulo “Pátria”. Levando em conta essa observação, podemos dizer que o ditador e os integralistas compartilham traços de ideologia nacionalista e autoritária, atravessada pelo religioso. Os efeitos de sentido de “falsos patriotas” na SDR3, desse modo, não giram ao redor da noção de um sujeito não-nacionalista, mas de um sujeito que coloca em risco o poder centralizador exercido pelo líder; ou, melhor, aquele que trincaria o espelho da identificação dos trabalhadores com o ditador.

Esses movimentos analíticos do *corpus* colocam-nos frente à imbricação entre duas ordens: a do *imaginário*, que se sustenta no funcionamento das representações imaginárias, e a da *memória*, que se sustenta nos já-ditos que determinam o dizer. Nesse batimento, colocado pela articulação da língua, do político e da ideologia, constroem-se os mecanismos ideológicos que constituem o discurso político varguista endereçado aos trabalhadores. No instante em que o discurso se faz laço social na interlocução, por antecipação, o governante experimenta a posição do trabalhador e de seus adversários políticos ao mesmo tempo em que, nessa rede, constrói a imagem do referente – do trabalho, da função social do trabalhador e do Estado.

## Considerações finais

Frente ao objetivo de analisar as imagens de trabalho no discurso governamental em relação com as de trabalhador, à análise do *corpus* distinguimos como regularidade o funcionamento de três imaginários de trabalho na ordem do discurso do governante endereçado aos trabalhadores. Primeiro, o de trabalho como força-motriz para consolidar o Estado; segundo, o de trabalho como forma de dignidade do trabalhador frente ao Estado e frente ao governante; e, por fim, o de trabalho como forma de acesso ao bem-estar social. Em nível constitutivo, tais imagens são atreladas à memória discursiva da “dignidade”, do “desenvolvimento” e da “paz social”. Memórias que, atreladas aos imaginários de trabalho e de trabalhador, e cooptadas ideologicamente pela ideologia de Estado, funcionam em prol do tamponamento de toda e qualquer contradição e da assunção de uma “sociedade de classes”, “sem luta”. Decorrem daí as imagens de Estado e do ditador, as imagens de si, pretensamente “acabadas”, “depositárias de confiança” e inseridas na “ordem do progresso”.

A partir de Pêcheux ([1969] 2014, [1975] 2014a, [1983] 2015) e de Althusser ([1962]. 1979, [1963] 1979a), compreendemos que as representações imaginárias instituídas e institucionalizadas pelo discurso do governante (porta-voz do Estado) mediam a relação dos trabalhadores com suas condições reais de existência, principalmente com suas práticas econômicas. Práticas que, em última instância, são sua forma de subjetivação na formação social capitalista. A partir das análises, foi-nos possível distinguir, na formulação, marcas sintáticas e enunciativas cuja construção está a favor de tornar o imaginário em evidência: a reincidência de orações relativas de tipo “É X que P”, cuja estrutura reafirma os referentes em um contínuo de repetibilidade (reafirmações), e a dêixis articulada à designação, funcionamento discursivo que permite a atribuição de imaginários ao interlocutor.

Nessa perspectiva, conforme Laing (1972, p. 143) o sujeito é “colocado em determinada posição pelas atribuições que lhe são conferidas. Designando-lhe essa determinada posição, as atribuições situam-n[o], tendo assim, de fato, a força de injunções”. Algumas atribuições podem ser comprovadas por validação consensual, ou, de mesmo modo, invalidadas. Entretanto, caso não haja consenso, o recipiente de uma atribuição não pode desconfirmá-la por si mesmo; nesse caso, as atribuições podem ser, apenas, conjuntivas (aceitas pelo recipiente) ou disjuntivas (com as quais o recipiente discorda).

No caso do discurso em análise, em que não há reversibilidade na tomada do discurso, o governador pode atribuir imagens ao trabalhador (sobre quem ele é e o que ele faz), enquanto este não possui espaço para refutá-las. Nesse ponto, a atribuição se torna injunção, e, assim, implícita ou explicitamente, a injunção “representa um papel decisivo na formação do senso [do trabalhador] sobre sua função, percepções, motivos e intenções” (LAING, 1972, p. 143).

Essas antecipações pretendem-se “bem-acabadas”, “evidentemente” compartilhadas entre os interlocutores, e sustentam-se sobre a denegação da contradição. Em seu funcionamento algumas marcas enunciativas são regulares, como a dêixis articulada à designação. Ao serem tomadas como pistas discursivas, assumem a ordem de semblante de reversibilidade em um discurso que, pela evidência, mostra-se aberto ao outro, mas, em última instância, faz uso deste fetiche para injungir a esse mesmo outro os imaginários que (re)produz.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.
- ALTHUSSER, Louis. [1962]. Contradição e sobredeterminação. Notas para uma pesquisa. In: ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 71-106.
- ALTHUSSER, Louis. [1963]. Sobre a dialética materialista: da desigualdade das origens. In: ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a, p. 140-193.
- ALTHUSSER, Louis. [1964]. Freud y Lacan. In: ALTHUSSER, Louis. *Escritos sobre psicoanálisis: Freud y Lacan*. Tradução de Eliane Cazena-Tapie. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1996, p. 17-48.
- ALTHUSSER, Louis. [1968]. O objeto do capital. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne.; ESTABLET, Roger. [1968]. *Ler o Capital*. v. 2. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 7-152.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BENVENISTE, Émile. [1966]. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.

BRETANHA, Santiago. *Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo*. Discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937-1945). 2019. 230 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. 2004. 270 p. Tese (doutorado em letras). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COURTINE, Jean Jacques. [1981]. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução do Projeto A tradução no instituto de Letras: da teoria à prática, da UFRGS. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

ERNST, Aracy Graça. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4, 2009, Porto Alegre, RS. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>. Acesso em: 16. fev. 2019.

ERNST, Aracy Graça. Cinismo e ato falho no discurso político-midiático. *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 6-16, jul./dez. 2018.

FERNANDES, Florestan. [1974]. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. *Letras de Hoje*, v. 50, n. 5, p. 90-95, dez. 2015.

GARBIN, Stefany Rettore. *Dos sujeitos que se matam de trabalhar para viver: trabalho e labor sob a ótica da análise de discurso*. 2017. 116 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LAING, Richard. D. *O eu e os outros*. Tradução de Áurea Brito Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1972.

LYOTARD, Jean-Fraçois. *Economía libidinal*. Tradução de Tunuma Mercado. Buenos Aires: FCE, 1990.

MACIEL, Lauro. *Escola de civismo*. *Jornal A Razão*. 28 de março de 1937, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/764450/per764450\\_1937\\_00252.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/764450/per764450_1937_00252.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MARX, Karl. [1844]. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. [1845-6]. *A ideologia Alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. [1857-8]. *Grundrisse*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Editora da UFRJ, 2011.

NOGUEIRA, Luciana. *Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho: a posição discursiva da Petrobras*. 2015. 338 p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1994. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani [et al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

RIESEBRODT, Martin. A ética protestante no contexto contemporâneo. Tradução de Norma Caroline Demamann Müller. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 24, n. 1, p. 159-182, jun. 2012.

ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. *Estudos Cebrap*, v. 8, p. 5-40, abr./jun. 1974.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Renata Silveira. da. *Tempo na Análise de Discurso: implicações no imaginário de trabalhador da CUT*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

TORRES LIMA, Maria Emília Amarante. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da Unicamp: 1990.

TORRES LIMA, Maria Emília Amarante. A nação e a noção de povo dos discursos de Getúlio Vargas. In: MARI, Hugo; PIRES, Sueli; CRUZ, Amadeu Roselli; MACHADO, Ida Lúcia. (orgs.). *Fundamentos e dimensões da Análise do discurso*. Belo horizonte: Fale-UFMG, 1999, p. 445-51.

VARGAS, Getúlio. *Pronunciamento público de 1º de maio de 1938*. Biblioteca da presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

VARGAS, Getúlio. *Pronunciamento público de 1º de maio de 1940*. Biblioteca da presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/view>>. Acesso em: fev. 16 fev. 2019a.

VARGAS, Getúlio. *Pronunciamento público de 1º de maio de 1943*. Biblioteca da presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/01.pdf/view>>. Acesso em: fev. 16 fev. 2019b.

VARGAS, Getúlio. *Pronunciamento público de 1º de maio de 1944*. Biblioteca da presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1944>>. Acesso em: 16 fev. 2019c.

WEBER, Max. [1904-5]. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Mário Morais. São Paulo: Martin Claret, 2016.